

Artigo

Contribuições de Marx sobre a relação sociedade-natureza e o imperialismo ecológico na América Latina

Aline Recalcatti de Andrade

Resumo

128

A Ecologia Política é um campo de estudos que possui uma contextualização histórica e se divide em correntes teóricas e discussões epistemológicas. Uma dessas vertentes é a ecologia marxista, que se baseia no pensamento de Marx e Engels e utiliza o método do materialismo histórico para analisar a questão da natureza. Assim, o presente trabalho busca entender as contribuições mais elementares da ecologia marxista para o campo da ecologia política latino-americana, através do enfoque sobre a relação entre sociedade-natureza, interpretada teoricamente pelos ecologistas marxistas das teses de Marx e o conceito de imperialismo ecológico, que na realidade concreta, possui um forte papel na dominação da natureza na América Latina. O artigo estrutura-se em uma inicial explicação sobre as principais contribuições do pensamento de Marx, como o conceito de metabolismo social, que se refere a sua concepção da relação entre a natureza e o ser humano e sua “fratura” no modo de produção capitalista, essencial para entender o funcionamento do capitalismo sobre a exploração da natureza. Nesse trabalho, o principal objetivo é apontar quais são os conceitos mais centrais que o pensamento marxista, através da sua interpretação dos textos marxianos focados na ecologia, pode agregar à questão ecológica na América Latina. Por isso, em seguida se insere ao debate a concepção de imperialismo ecológico, sendo uma das questões que mais afeta os países do Sul Global, portanto central para a argumentação, para, assim, trazer o diálogo entre a ecologia política latino-americana e as leituras da ecologia marxista das contribuições de Marx. O artigo se classifica como uma pesquisa teórica e adota-se como pressuposto que a ecologia pode ser uma importante ferramenta social e política, que tem a potencialidade de atuar como força política emancipatória.

Palavras-chave: Ecologia marxista; Relação sociedade-natureza; América Latina; Imperialismo ecológico.

Contributions by Marx on the society-nature relation and the ecological imperialism in Latin America

Abstract

Political ecology is a field of study that is historically contextualized and is divided into theoretical currents and epistemological discussions. One of them is Marxist ecology, which is based on Marx's and Engels's thought and uses the method of historical materialism to analyze the issue of nature. Thus, aim of this paper is to understand the main contributions of Marxist ecology to Latin American political ecology by focusing on the relations between society and nature, theoretically interpreted by Marxist ecologists on Marx's thesis and the concept of ecological imperialism, analyzed by Marxist ecology authors, which in concrete reality has a strong role in the domination of nature in Latin America. The article is structured in an initial explanation of the main contributions of Marx's thought, as the concept of social metabolism refers to his conception of the relations between nature and the human being, and its "fracture" in the capitalist production mode, essential to understand the functioning of capitalism on the exploitation of nature. In this academic work, the main objective is to point out what are the most central concepts that the Marxist thought, by its interpretation of the Marxian work focused on ecology, can contribute to the ecological issue in Latin America. For this reason, the concept of ecological imperialism is added to the debate, as one of the issues that most affect the countries of the Global South, therefore central to the argument, to make a correlation between Latin America political ecology and the reading of Marxist ecology from Marx's contributions. The article is classified as theoretical research and it is assumed that ecology can be an important social and political tool, which has the potential to act as an emancipatory political force.

Keywords: Marxist Ecology; Society-nature relation; Latin America; Ecological Imperialism.

Contribuciones de Marx sobre la relación sociedad-naturaleza y el imperialismo ecológico en Latinoamérica

Resumen

La Ecología Política es un campo de estudios que tiene una contextualización histórica y se separa en corrientes teóricas y debates epistemológicos. Una de estas vertientes es la ecología marxista, que se basa en el pensamiento de Marx y Engels y utiliza el método del materialismo histórico para analizar la cuestión de la naturaleza. Así, el presente trabajo busca comprender los aportes más elementales de la ecología marxista al campo de la ecología política latinoamericana, a través del enfoque sobre la relación entre sociedad-naturaleza interpretada teóricamente por los ecologistas marxistas de las tesis de Marx y el concepto de imperialismo ecológico, que, en la realidad concreta, tiene un fuerte papel en el dominio de la naturaleza en América Latina. El artículo se estructura en una inicial explicación de los principales aportes del pensamiento de Marx, como el concepto de metabolismo social, que se refiere a la relación entre la naturaleza y el ser humano y su "fractura" en el modo de producción capitalista, fundamental

para comprender el funcionamiento del capitalismo sobre la explotación de la naturaleza. En este trabajo, el objetivo principal es señalar cuales son los conceptos más centrales que el pensamiento marxista, desde su interpretación de los textos marxianos con enfoque en la ecología, puede añadir cuestión ecológica en Latinoamérica. Por ello, luego se suma al debate la concepción de imperialismo ecológico, que es uno de los temas que más afecta a los países del Sur Global, por lo tanto, central para la argumentación, para, así, aportar el diálogo entre la ecología política latinoamericana y las lecturas desde la ecología marxista a partir de las contribuciones de Marx. El artículo se clasifica como una investigación teórica y se asume que la ecología puede ser una importante herramienta social y política, que tiene el potencial de actuar como una fuerza política emancipadora.

Palabras Clave: Ecología Marxista; Relación sociedad-naturaleza; Latinoamérica; Imperialismo Ecológico.

Introdução

A preocupação com a ecologia é uma questão que se desenvolveu, principalmente a partir dos anos 70, através, primeiramente de movimentos sociais que, em seguida, passou ao âmbito de debate internacional da forma como se apresenta atualmente, em esferas interestatais e organizações internacionais não governamentais. Antes disso, já havia discussões sobre a relação entre natureza e ser humano em outros momentos históricos, mas o ecologismo como movimento ideológico e político, refletido da prática ao âmbito acadêmico, desenvolveu-se dentro da história do capitalismo industrial avançado, quando as consequências da destruição ambiental começam a ser perceptíveis a nível global. A partir de então, o ecologismo tornou-se um campo de estudos dividindo-se em variadas correntes que buscam analisar a questão da natureza e a sua relação com a sociedade. Uma dessas correntes consiste na Ecologia Política Latino-americana (EPL), que possui suas especificidades próprias, assim como, também existe a vertente da ecologia marxista, que busca entender o que Marx e o materialismo histórico podem contribuir para o entendimento e a superação da atual crise ecológica planetária.

Apesar do fortalecimento desse movimento internacional em defesa da natureza, não houve mudanças significativas na redução da exploração e da crise ambiental, que vem acompanhada de uma crise de deterioração da qualidade de vida humana. Na

verdade, Machado Araóz (2015) afirma que se passou de um primeiro estágio de *negação* das catástrofes socioambientais para um estágio atual de *naturalização*, sobre a égide do denominado capitalismo verde. Sobre o domínio do poder hegemônico da mídia, não se observa, na maioria dos debates sobre ecologia, uma séria problematização e contestação ao próprio sistema capitalista. Segundo Moreno (2016), o ecologismo serve como instrumento de *slogan* de efeito político e ideológico e, de acordo com certa perspectiva do ecologismo capitalista de aspecto mais econômico, chega a defender que “a crise ambiental não seria uma questão de política - inextricavelmente dependente das relações de poder que garantem os regimes de propriedade, de acesso, de uso e gestão dos recursos e dos territórios - mas, essencialmente, uma falha de mercado” (p. 278). Dessa forma, a autora defende que a hegemonia capitalista soube absorver e aproveitar-se de discursos ambientalistas de uma forma que não afete a reprodução do sistema, pois acaba levando o debate a uma questão mais essencialmente “técnica”¹ de aprimorar a utilização dos recursos com menos impacto, deixando de lado o âmbito político e social.

É em tal debate que se inserem a crítica da EPL e a crítica marxista no campo ecológico, ambas, apesar de diferenças metodológicas e linhas teóricas, se apresentam contra a perspectiva hegemônica e as vertentes ecológicas capitalistas que derivam dela. Autores marxistas começaram a participar dos debates desenvolvendo conceitos e categorias próprias, desde uma releitura de Marx e Engels para apontar a inviabilidade de evitar as crises ecológicas dentro da lógica operante do sistema capitalista. Enquanto a EPL se desenvolve focando nas especificidades das questões ecológicas latino-americanas.

Em tal contexto, o presente trabalho busca trazer as categorias teóricas centrais utilizadas pela ecologia marxista, explicando quais são as bases utilizadas por Marx, que

¹ Isso se reflete em cientistas das áreas naturais que possuem uma consciência ecológica, mas que não pensam na necessidade do mundo social e das formas organizativas de produção humana sobre o impacto ambiental. Em tal ponto, observa-se a influência da profunda divisão epistemológica, acadêmica, mas principalmente metodológica entre ciências naturais, consideradas mais legitimamente “científicas”, e as ciências humanas e sociais. Trata-se de uma questão histórica, da divisão e desenvolvimento das ciências a partir do século XVII, e de uma questão ideológica, como o contínuo domínio de um pensamento positivista (LÖWY, 2011).

possam contribuir para o entendimento da questão ecológica na América Latina em geral e suas aproximações com a EPL. Devido à extensão da questão, não se traz uma revisão bibliográfica de todas as possíveis ideias ecológicas dos textos de Marx e Engels, mas uma leitura guiada por diferentes autores marxistas², que contribuíram, ao pensar pontos principais da questão da ecologia em Marx, assim como, uma delimitação³ de autores da EPL e de suas obras, sendo uma corrente ampla, heterogênea e em constante construção.

Na primeira parte, nas duas primeiras seções, busca-se entender a concepção de sociedade-natureza em Marx, em seguida, sobre o principal conceito que contribui a um ecologismo marxista, o metabolismo social e sua fratura sociometabólica, para apontar uma das principais contribuições do marxismo à compreensão da crise ecológica atual. Trata-se de uma introdução ao tema, pois a pretensão do trabalho é trazer aportes de Marx à questão ecológica na América Latina, sendo que a ecologia marxista foi construída como um vasto campo de estudos, com diferentes contribuições e debates (FOSTER, 2015).

Na segunda parte do artigo, terceira e quarta seção, aborda-se mais especificamente a América Latina, primeiramente sobre a relação entre colonialismo e natureza. Em seguida, a questão do imperialismo ecológico como consequência do colonialismo, tanto em plano econômico quanto ideológico e da ruptura da relação entre o ser humano e a natureza a nível global. Esta seção aborda o diálogo com a Ecologia Política Latino-americana e seus estudos sobre os conflitos socioambientais no continente com os aportes trazidos nas primeiras partes, sintetizando, assim, como o pensamento de uma ecologia marxista pode agregar nesse entendimento através da crítica e da análise do fenômeno do imperialismo ecológico, portanto, contribuindo para

² Nem todos os autores abordados na primeira parte situam-se dentro da corrente da chamada ecologia marxista, entretanto são autores que contribuíram à constituição da corrente, trazendo debates e aportes de sua leitura de Marx, também focando desde um ponto de vista em relação à ecologia.

³ O critério principal para a delimitação foi o de trazer autores que mais dialogam com Marx e o marxismo – como citações diretas de Marx e o uso conjunto de categorias como acumulação primitiva, fratura metabólica e imperialismo ecológico -, restringindo, assim, a análise, mas pensando em uma possível extensão futura do estudo abrangendo outros importantes pensadores da EPL.

pensar a ecologia na América Latina em uma crítica radical ao hegemonismo capitalista sobre o debate da ecologia e crise ambiental.

1. A ecologia marxista desde Marx: Relação sociedade-natureza

Pensar em ecologia marxista é pensar o que há sobre a natureza na obra de Marx. A questão de ter uma consciência ecológica conforme os padrões atuais dentro do horizonte da época de Marx é, de fato, anacrônica. Entretanto, a validade do marxismo está em seu desenvolvimento teórico como pensamento em movimento com a concretude histórica, que tem como foco as relações sociais capitalistas ainda atuais, fazendo com que categorias e análises de Marx possam ser utilizadas de um modo aprimorado de acordo com a conjuntura e contexto dos problemas contemporâneos.

Um ponto trabalhado pelos ecologistas marxistas⁴ refere-se ao próprio método de Marx e Engels, o materialismo histórico, que está relacionado diretamente com sua teoria e serve como instrumento de análise e síntese do objeto proposto. Para Burkett (1999) o método do materialismo histórico de Marx, em suas conclusões e conceitos analisados, serve para entender dialeticamente não apenas as relações entre capital-trabalho, mas também, as relações humanas com a natureza. Tal ponto, para Saito (2021), trata-se de uma análise não apenas esporádica nas obras de Marx, mas se expressa de um modo sistemático, pois a relação ser humano/natureza configura a própria base teórica do pensamento de Marx.

⁴ Referente à ecologia marxista, optamos por utilizar os autores considerados da segunda “onda”, como Burkett, Foster, Clark e Saito. Isso porque, essa corrente já possui uma história com aproximações e divergências entre si, como a primeira “onda” na qual há autores dos anos 80, principalmente James O’Connor, cuja principal diferença, adotada aqui, é que a questão da natureza em Marx não se trata de citações esparsas, mas sim, apontada de uma forma sistemática e adotada como pressuposto de toda a sua teoria social.

A ecologia marxista enfatiza que desde o século XIX, Marx e Engels⁵ observaram fenômenos de destruição ambiental por parte da indústria capitalista, algo destacado em diversas citações pela crítica à destruição florestal, à poluição de rios, e, por exemplo, na obra *O Capital* se destaca, principalmente uma forte crítica à destruição dos solos que ocorre através do processo de expansão/destruição do avanço capitalista:

[...] todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2011a, p. 380, grifo nosso).

134

Se observa na afirmação de Marx⁶ que, mesmo com o desenvolvimento de técnicas de aprimoramento da extração, o progresso capitalista vem acompanhando do saqueio e da destruição das fontes primárias de riqueza. Nessa questão, Marx reforça que seu entendimento por riqueza é a terra e o trabalhador, ou seja, o ser humano e a natureza. Em outra obra, Marx reafirma tal argumento: “o trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso [...] tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana” (2012, p. 23).

⁵ Uma crítica ambiental feita por Engels se observa principalmente em duas obras: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e *A dialética da natureza*. Entretanto, devido ao escopo do trabalho, não é possível aprofundá-las. Tampouco foi possível abordar a divergência/continuidade entre o pensamento de Marx e Engels que, também em relação à questão ecológica, trata-se de grande debate, como por exemplo, Löwy (2011) defende uma diferença significativa enquanto Foster (2010) argumenta a favor da proximidade maior entre os autores.

⁶ Foster apresenta também outros casos que exemplificam o interesse de Marx pelas ciências naturais, focando no meio-ambiente, em sua época: “Marx também tomou notas detalhadas acerca de como as alterações isotérmicas sobre a superfície terrestre, originadas das mudanças climáticas, levaram à extinção de espécies ao longo da história da Terra. Ele observou como as mudanças climáticas antropogênicas regionais, na forma de desertificação, contribuíram para a queda das civilizações antigas, e considerou o modo como este fenômeno poderia interferir no capitalismo” (FOSTER, 2015, p. 87-88).

O trabalho é compreendido como categoria central de mediação da relação entre ser humano e natureza, parte da premissa de todo o seu pensamento, que se desenvolveu como materialismo histórico, ao definir a sociedade como seres humanos em sua relação com o trabalho, que é sua atividade principal na qual produzem seus meios de subsistência as suas necessidades físicas. Portanto, para desenvolverem-se, eles entram em relação com a natureza através de uma transformação consciente e intencional que, ademais, ocorre de forma cooperativa, não independente entre seres humanos, por isso a sociedade se constrói através de relações sociais (ZEITLIN, 1982). Ocorre nisso uma relação dialética sobre dois tipos de condições: “a interação dos homens com a natureza determina o caráter de suas relações sociais, enquanto o caráter de suas relações sociais determina seu modo de interação com a natureza” (*ibidem*, p. 113).

Segundo ecologistas marxistas (BURKETT, 1999; FOSTER, 2010; SAITO, 2021), a teoria social de Marx parte ontologicamente da sua definição da relação entre ser humano e natureza que reflete nos tipos de relações sociais concretas. Outro autor, Schmidt (1977), reforça que Marx parte da natureza como primeira fonte de construção das relações sociais para entender essas relações em um processo de produção como movimento histórico. Tese observada desde seus primeiros escritos:

O homem vive da natureza, significa: a natureza é seu corpo, com o qual ele tem que ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza (MARX, 2009, p. 84).

Isso se reflete da mesma forma em Engels, definindo a interação com a natureza como uma relação de pertencimento não oposta e como uma vantagem para o conhecimento humano quando ocorre através de relações não exploratórias e justas:

Não devemos gavar-nos demasiado de nossas vitórias humanas sobre a natureza. Por cada uma dessas vitórias, a natureza se vinga [...]. Os fatos

nos lembram a cada passo que não reinamos de nenhuma maneira sobre a natureza como um conquistador reina sobre um povo estrangeiro, como *alguém que está por fora da natureza, senão que pertencemos com nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro, que estamos em seu seio e que toda nossa dominação sobre ela reside na vantagem que temos sobre o conjunto de outras criaturas de conhecer sus leis e de poder servir-nos de elas de maneira judiciosa* (ENGELS, 1968, p. 180-181 *apud* LÖWY, 2011, p. 63, tradução nossa, grifo nosso).

Na maior obra de Marx, *O Capital*, essa premissa da determinação do caráter entre a relação ser humano-natureza que ocorre através do trabalho, sendo o homem parte indissociável da natureza, está presente em toda sua análise sobre o funcionamento do capitalismo, pois sua apreciação teórica parte do método do materialismo histórico, resumindo seu pensamento como:

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impressiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2011a, p. 211).

Assim, a ecologia marxista terá como base argumentativa de sua corrente essa concepção desenvolvida por Marx e Engels, na qual não há dicotomia entre sociedade e natureza, mas sim, que o homem, por sua própria ação, controla o metabolismo com a natureza. Isso significa que o ser humano atua e se apropria da natureza segundo suas próprias necessidades, dando forma humana a ela transformando-a, enquanto transforma a si mesmo dentro de determinadas relações de produção (MARX, 2009).⁷

⁷ Utiliza-se aqui a obra *Manuscritos econômico filosóficos* como alicerce inicial do desenvolvimento da concepção do materialismo histórico, melhor desenvolvido por Marx e Engels em outras obras posteriores.

2. Marx e a questão da fratura metabólica

A partir do desenvolvimento capitalista essa relação, humano-natureza, irá se padronizar e se expandir em um processo coercitivo, inserido na ideia do modo de vida da sociedade burguesa, padronizando-se em uma única forma como fratura metabólica. Isso significa uma “ruptura irreparável no processo interdependente do metabolismo social, um metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida” (MARX; ENGELS, 1976, p. 34-66 *apud* FOSTER, 2015, p. 83). Trata-se da própria especificidade que caracteriza o modo de produção capitalista, pois, a partir da separação dos seres humanos, de suas condições objetivas de produção, surge a relação capital e trabalho assalariado, onde antes existia uma unidade no processo de produção, como “unidade natural do trabalho com seus pressupostos objetivos” (MARX, 2011b, p. 388), na qual a “primeira condição objetiva de seu trabalho apareceu como natureza, a terra, seu corpo inorgânico; ele próprio não é só corpo orgânico, mas essa natureza inorgânica como sujeito” (*ibidem*, p. 400).

Marx inicia suas reflexões sobre esse processo através do estudo conhecido como acumulação primitiva ainda em sua juventude, relacionado à expropriação ambiental, como em seu artigo de 1841 sobre a lei de furto da madeira (MARX, 2016), em que reflete seu pensamento sobre valores de uso transformados em valores de troca pela expropriação violenta tanto da natureza quanto dos modos de vida societários pré-capitalistas. Como Bensaïd (2016) explica, na introdução ao texto brasileiro, nessa passagem de modos de produção ocorre uma desapropriação do trabalhador, de suas terras e de seus meios de produção, sendo inserido violentamente dentro do processo capitalista como proletários para a produção de mercadorias:

Para um capitalismo beirando a maturidade, ela significa o direito de apropriação privativa dos meios de produção e o desapossamento do trabalhador, não só de sua terra ou de seus instrumentos de trabalho, mas de sua própria pessoa, que a partir de então ele é obrigado a vender no mercado (BENSAÏD, 2016, p. 39, grifo nosso).

A exploração e expropriação da natureza vêm, então, conjugadas à expropriação da própria vida do ser humano. O ser humano nesse processo é separado da terra que se transforma em mercadoria, reforça Saito (2021), “a transformação da relação entre seres humanos e terra é decisiva para entender a especificidade do modo de produção capitalista” (p. 58). Tal fenômeno se inicia com a acumulação primitiva como um processo essencial para criação e desenvolvimento do capitalismo, no qual:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (MARX, 2011a, p. 516).⁸

É a partir desse momento que, com o desenvolvimento combinado à transição do feudalismo, ocorre, na interpretação de Foster (2010), uma mudança da relação entre ser humano e natureza, que passará a ter uma característica própria dentro do sistema capitalista através da evolução das forças produtivas. Essa característica é chamada de falha metabólica. O “progresso” das forças produtivas capitalistas é descrito por Marx ao afirmar que “a produção capitalista [...] não só destrói a saúde física do proletariado urbano e a vida espiritual dos trabalhadores rurais, senão que perturba também a circulação material (*Stoffwechsel*) entre o homem e a terra” (LÖWY, 2011, p. 72 *apud*

⁸ O processo está ainda mais detalhado nas seguintes palavras de Marx: “A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2011a, p.515).

MARX, 1969, p. 363, tradução nossa). Saito (2021) agrega que esse fenômeno ocorre conjugado ao processo da alienação, justificando que Marx:

[...] aponta uma grande transformação histórica da relação humanos-natureza subjacente ao estranhamento do trabalho moderno, resultado da qual a atividade dos trabalhadores não pode mais funcionar como a realização subjetiva da capacidade livre e consciente dos seres humanos na e com a natureza (SAITO, 2021, p. 61).

Segundo Clark e Foster (2006), através do contato com os estudos de um químico de sua época, Justus Von Liebig⁹, que criticava os efeitos dos nutrientes químicos sobre o solo como destruidoras, Marx observou melhor a contradição entre ser humano e natureza na “quebra no metabolismo do solo, causada pela agricultura industrializada” (FOSTER, 2015, p. 83) e que estudou para fazer sua análise em *O Capital*. A destruição acontece tanto sobre a natureza quanto destrói a força natural dos seres humanos. Este ponto se observa no tomo III d’*O Capital* quando Marx afirma:

139

A grande indústria e a agricultura industrialmente explorada em grande escala operam em forma conjunta. Se em um princípio se distinguem pelo fato de que a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho, e por conseguinte a força natural do homem, enquanto que a segunda depreda em forma más direta a força natural do solo, no curso ulterior sucessivos ambas se entrecam a mão, posto que o sistema industrial rural também extenua aos operários, enquanto que a indústria e o comércio, por sua parte, procuram na agricultura os meios para o esgotamento do solo (MARX, 2006b, p. 1034 *apud* CLARK; FOSTER, 2012, p. 5, tradução nossa).

Nesta citação nota-se a crítica de Marx da indústria à agricultura, que explora de forma conjunta a força de trabalho, os seres humanos e as riquezas naturais, tratando-se de uma relação dialética, concepção caracterizada como metabolismo sócio-universal, ou fratura sócio-metabólica. Para Marx, a ligação que existe entre natureza e ser humano

⁹ Liebig critica “os britânicos de desenvolverem uma cultura de roubo, ao sistematicamente drenarem os nutrientes do solo” e fazia referências à extração de recursos das periferias “bem como o guano proveniente do Peru, para reabastecerem campos ingleses” (FOSTER, 2015, p. 83), isso entre os anos 1850-1860.

está rompida, ambas igualmente exploradas pelo modo de produção capitalista. Tal fratura, ou falha, começa a apresentar suas características iniciais com a divisão entre campo e cidade que, segundo o autor alemão, perturba o metabolismo que havia anteriormente entre homem e terra, ou seja, também entre a sociedade e a sua forma de produção (CLARK; FOSTER, 2012).

O processo de trabalho dentro da teoria social de Marx é regulado pelas ações do homem que controla sua relação com a natureza, havendo então um metabolismo universal com a natureza e tendo por característica no capitalismo o seu rompimento, algo que Foster (2015) denomina de crise ecológica. O conceito de fratura do metabolismo expressa o modo concreto com que ocorre a alienação da natureza, relacionado com a alienação do trabalho, desenvolvido historicamente pelo capitalismo. Löwy resume essa ruptura como “o sistema de intercâmbios materiais (*Stoffwechsel*) entre as sociedades humanas e o meio ambiente” em contradição com as chamadas “‘leis naturais’ da vida” (LÖWY, 2011, p. 67, tradução nossa). Essas “leis” seriam as definições feitas por Marx da sua definição de sociedade, ou seja, da relação intrínseca entre ser humano-natureza.

No modo de produção capitalista as mercadorias, que em sua essência são o que Marx denomina de valores de uso e valores de troca, transformam em fetichização as relações sociais através do processo de produção no qual o trabalhador está alienado do seu meio e dos instrumentos de trabalho. Isso significa dizer que a mercadoria adquire vida própria, externa ao ser humano já não como algo subsumido a ele, modificando as próprias relações sociais que passam a ser de uma maior quantificação da produção e substituição dos valores de uso pelos valores de troca.

É assim que ocorre a mercantilização de bens naturais, pois como resume Foster (2015), “Marx considerou a tensão antagônica entre valor de uso e valor de troca como chave para as contradições internas do capitalismo e do conflito deste com o seu ambiente natural externo” (p. 88). Esse processo, em Marx, pode ser especificado no seguinte parágrafo:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores (MARX, 2011a, p. 122).

Segundo Foster (2010), partindo dessas nuances observadas nas argumentações, Marx utilizou o conceito de fratura metabólica na maioria das obras de sua maturidade, principalmente a partir dos anos 1850, sendo que ele “passou a enfatizar a necessidade de uma regulação racional do metabolismo entre seres humanos e natureza como fundamental à criação de uma sociedade sustentável para além do capitalismo” (FOSTER, 2015, p. 84), definindo o próprio socialismo em termos ecológicos, como uma forma racional de organizar o metabolismo humano com a natureza, a partir de condições dignas à própria natureza humana.

Entretanto, destaca Saito (2021), esse pensamento de Marx já vinha sendo desenvolvido desde os *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844, cujo autor alemão atentou-se à separação entre terra e ser humano no capitalismo e afirmou a necessidade de construir uma unidade consciente entre humanos e natureza a partir do trabalho livre e da apropriação social dos meios de produção. Esse argumento é retomado na afirmação de Marx presente nos *Grundrisse*, de 1857-58:

Não é a *unidade* do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a *separação* entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital (MARX, 2011b, p. 648, grifo do autor).

Em *O Capital*, estudando a interrupção do ciclo do solo pelo avanço da indústria capitalista - que precisou buscar fontes primárias no mercado externo configurado pelo

colonialismo na época -, define-se melhor a ideia de falha metabólico-social como uma questão central. Segundo Foster (2010), a fratura/falha é central também para considerar a sociedade pós-capitalista, de produtores associados, havendo a necessidade de superá-la. O autor afirma que para começar a busca de uma solução aos problemas ambientais é necessário abandonar, primeiramente, a ideia de “conquista da natureza” e substituí-la por uma concepção radical de restauração do metabolismo humano-social rompido pelo capitalismo com a natureza, que a coloniza e a submete a sua lógica de racionalização econômica, baseada justamente na separação natureza-sociedade. Isto se observa no Livro III d’O *Capital*:

A liberdade nesta esfera [o campo da necessidade natural] só pode consistir nisto, que o homem socializado, os produtores associados, governem o metabolismo humano com a natureza de modo racional, submetendo-o ao seu próprio controle coletivo em vez de ser dominado por ele de modo cego; realizando-o com o mínimo gasto de energia e em condições mais dignas e apropriadas à sua natureza humana (MARX, 1981, p.959 *apud* FOSTER, 2010, p. 224).

Logo, é específico do capitalismo a lógica que define a relação com a natureza, então a necessidade de saída de tal sistema de exploração: não é a produção de bens para suprir as necessidades humanas, mas sim, a produção de valor pela lógica da acumulação. O metabolismo social é empregado tanto para definir as relações entre sociedade e natureza em sua interação através do trabalho, quanto para apontar que no capitalismo, em um sentido mais amplo e concretamente global, a falha dessa relação se dá num conjunto de relações alienadas. Essa alienação ocorre justamente pela mercantilização da natureza a partir da separação entre seres humanos e terra ou natureza, ou, ainda, suas condições objetivas de produção (SAITO, 2021). Dessa forma, resume Foster (2010), que o “conceito de metabolismo assumia assim tanto um significado ecológico específico quanto um significado social mais amplo” (p. 223).

O modo de produção, como definiram Marx e Engels (2017) desde seus primeiros escritos, possui como característica inerente a expansão a nível planetário, ou seja, as

forças de mercado precisam se desenvolver expandindo-se e subordinando a sua própria lógica todos os lugares da terra para continuar a reprodução do lucro. Nas palavras dos autores: “Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança” (p.25). Isso significa que conjuntamente com a expansão do modo de produção, a falha metabólica se transforma em algo global, pois o capitalismo passa a transformar a natureza em algo econômico para produção de mercadorias e manutenção do consumo, dentro disso que se insere o debate do papel da América Latina e da sua relação com a ecologia.

3. América Latina: Colonialismo, natureza e imperialismo

Como conclusão da seção anterior, a ecologia marxista contemporânea terá como base argumentativa de sua corrente a concepção desenvolvida por Marx e Engels sua definição do conceito de natureza em relação à sociedade, pois em todas elas “o trabalho é o momento de intercâmbio com a natureza” (SABATELLA; TAGLIAVINI, 2012, p.3, tradução nossa). Por isso, a definição sócio-histórico de Marx e Engels parte da natureza, como afirmado por Foster (2010), não interpretada somente como algo instrumentalizado ou submetido ao ser humano, mas na qual, como complementam Sabatella e Tagliavini, ocorre a existência de uma relação recíproca natureza e sociedade, significando que “a natureza é para Marx um momento da práxis humana e ao mesmo tempo a totalidade do que existe” (SCHMIDT, 1983, p. 23 *apud* SABATELLA; TAGLIAVINI, 2012, p. 3, tradução nossa). Qual é, portanto, a relação dessa concepção adotada por Marx para a questão ecológica na América Latina?

Representantes da chamada Ecologia Política Latino-americana como, por exemplo, Alimonda, Machado Aráoz e Leff, fizeram diversas reflexões sobre tal questão, utilizando dos aportes de Marx e de suas categorias em seus estudos. Segundo Alimonda

(2016), as principais características da EPL derivam do pensamento construído na prática da América Latina, um pensamento-prática¹⁰, sobre bases de lutas e conflitos concretos; além de influência de teorias como a Teologia da Libertação, da Teoria da Dependência, de marxistas latino-americanos como Mariátegui e, mais recentemente, de correntes que debatem a descolonização focando nos estudos africanos e no conhecimento dos povos originários. Assim, Leff (2015) afirma que a ecologia política do Sul Global¹¹, como a latino-americana, se enraíza nas “condições ecológicas e culturais dos seus povos” (p.16). Mariátegui (2010), por exemplo, trata das reivindicações dos povos originários como além de um reconhecimento cultural e identitário, mas como uma potencialidade em transformar-se como forças sociais portadoras de novos projetos de mudança social, alterando estruturas de dominação.

Concretamente, a tese de Leff pode ser observada nas ações políticas de povos originários que lutam diariamente contra à espoliação de seus territórios, reivindicando uma autonomia para gerir seus espaços, mas também, por expandir suas ideias a outros setores da sociedade, o entendimento sobre a natureza como um território vivo e diverso, não mercantilizado. Para a EPL, essa concepção possui uma profunda contribuição, pois aponta como certos territórios são espaços essenciais de luta ecológica, além de aportar com novas concepções de mundo sobre a relação com a natureza.

Também é central para a EPL o entendimento sobre a América Latina possuir a particularidade de sua exploração ecológica de longa duração, a partir de sua inserção na modernidade europeia, contribuindo para o desenvolvimento da acumulação primitiva do capital desde o início da violência colonial (ALIMONDA, 2016), associando-se às mudanças do modo de reprodução e apropriação do excedente da riqueza social, no qual

¹⁰ A própria concepção de interpretação da realidade dos povos originários da América Latina, algumas vezes denominado de *sentipensar*, se relaciona profundamente com o pressuposto marxista da unidade entre teoria e prática.

¹¹ Termo mais político do que geográfico. Considerado como oposição ao Norte global – países dominantes na economia e política mundial – e optado por ser utilizado neste trabalho como escolha política de representar uma linha de pensamento na qual a alternativa ao capitalismo pode ser construída no Sul – naqueles chamados países periféricos, marginalizados, subdesenvolvidos e subalternizados.

o imperialismo se considera como processo político essencial do capitalismo (OSORIO, 2019), em suas características políticas, econômicas, sociais e ecológicas. Caso este, por exemplo, da fase do imperialismo mercantilista associado à colonização direta, seguido da hegemonia global da Inglaterra influenciando políticas nos países latino-americanos no século XIX e as disputas interimperialistas que se seguiram, e, no período pós-guerras mundiais, a maior ascensão do imperialismo estadunidense, com suas características intervencionistas, extrativista e neocolonial, ao contribuir na manutenção dos países do Sul Global como periféricos dentro de um sistema internacional, impedindo uma soberania plena de gestão dos seus recursos. Assim, no caso da América Latina, e de todas as regiões inseridas na periferia do capitalismo chamadas aqui de Sul global, a destruição ambiental está intrinsecamente associada ao colonialismo. O imperialismo ecológico, dentro da perspectiva clássica leninista de imperialismo¹², também pode ser definido como uma necessidade inerente do sistema, que se estrutura de acordo com as mudanças nas formas de acumulação do capital e extração do mais valor, assim como o destaque à um sistema dividido entre periferias e centro, em sua ênfase à opressão nacional (LENIN, 2021).

Com o colonialismo, o extrativismo se constituiu como a forma que os países foram inseridos no sistema econômico internacional, como provedores de recursos naturais para o desenvolvimento das economias centrais, tese central para a crítica anti-imperialista das periferias. Por isso, para Alimonda (2015), entender a EPL significa compreender o papel da persistência do colonialismo sobre a natureza, sendo que “aparece ante o pensamento hegemônico global e antes as elites dominantes da região como um espaço subalterno que pode ser explorado, arrasado, reconfigurado, segundo as necessidades dos regimes de acumulação vigentes” (p.22).

¹² Como o texto trata mais especificamente das contribuições de Marx, não é possível fazer uma análise, muito necessária, da relação da categoria de imperialismo ecológico com a categoria imperialismo da tradição do pensamento marxista. Por exemplo, observar as teses de Lenin de exportação de capitais, domínio do capital financeiro, monopolização etc., os debates de sua época com Kautsky e Luxemburgo, além de todo o debate marxista posterior, no caso da perspectiva do imperialismo ecológico.

De tal forma, o papel determinado historicamente pelo colonialismo se relaciona de modo intrínseco pela inserção latino-americana na acumulação primitiva de capital, estudada por Marx. Por isso, o processo de separação de trabalhador e de seus meios de trabalho, e o próprio início da falha metabólica de divisão entre ser humano e natureza, não teria sido possível sem o papel do sistema colonial e da América Latina, através da divisão entre periferias colonizadas e da extração mercantilista de forma violenta em tais lugares. Deste modo, “[...] o capital começa a criar, então, a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza e estabelece uma rede que engloba a todos os membros da sociedade [...]” (MARX, 1967, p. 366-67 *apud* LÖWY, 2011, p. 65, tradução nossa). O capitalismo, além de se expandir como modo de produção para além da Europa, reproduz sua forma política, como o Estado-nação, sua forma societária, suas relações sociais determinadas pela produção de mercadorias, e, portanto, reproduz também sua forma de interação com a natureza.

Como explicado por Marx, a relação ser humano e natureza dentro do capitalismo é subordinada, com recursos naturais para gerar a forma-mercadoria, transformando-as em fetichizadas, ou seja, a natureza vista apenas para a geração de mais-valor e expansão da produção. Essa relação se desenvolve complementarmente ao colonialismo, por isso, neste sentido, Marx afirma que isso marca a acumulação primitiva e a própria produção capitalista:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marca a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco (MARX, 2011a, p. 533).

Acrescenta Alimonda (2011) à lógica da acumulação primitiva que a particularidade da sociedade latino-americana em sua relação com a natureza e, conseqüentemente

desenvolvido teoricamente pelo pensamento ecológico latino-americano, é a sua inicial inserção na relação com o Ocidente de forma violenta colonial. Essa colonização, na qual “se constituiu ali uma ruptura que dá origem à particular heterogeneidade e ambiguidade das sociedades americanas e de seus imaginários sociais, mas também à flora, à fauna e às paisagens com que convivem” (ALIMONDA, 2006, p. 95, tradução nossa). A inserção violenta do colonialismo para o desenvolvimento capitalista é descrita por Marx:

Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parceira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova (MARX, 2011a, p. 522).

A partir da independência e da constituição dos Estados-nações no continente, essa colonização - ademais de configurar a heterogeneidade estatal, política, e o imaginário social latino-americano - persistiu de outras formas como espaço de exploração, que varia de acordo com as necessidades dos regimes de acumulação, iniciando pela mineração, a industrialização, passando por megaprojetos desenvolvimentistas e monocultivos para suprir um consumo externo.

Nesse contexto, inclui-se a natureza como *natureza colonizada* (ALIMONDA, 2011), em que, durante os cinco séculos desde a conquista, ecossistemas foram arrasados pelos fenômenos citados, baseados em uma ideologia extrativista (MACHADO ARÁOZ, 2017), configurando um modo próprio de relação entre as sociedades capitalistas latino-americanas e a natureza. Assim, ampliando as formas de valorização econômica da natureza segundo as mudanças históricas pelas quais passa o capitalismo, a persistência da lógica colônia de pilhagem dos recursos persevera à “geopolítica da biodiversidade” que não somente se prolonga na “apropriação destrutiva dos recursos naturais, mas altera as formas de intervenção e apropriação da natureza e leva a seu limite a lógica da racionalidade econômica” (LEFF, 2005, p. 2). A crise ecológica atual está, portanto,

sustentada e ampliada pelo sistema estruturante historicamente, relacionando à lógica marxista sobre a fratura sócio-metabólica inerente ao capitalismo.

Atualmente, essa exploração ao limite resulta na crise ecológica que afeta espaços distintos de diferentes formas no continente latino-americano, em diversas situações e concretamente observados, como o caso de extinção de espécies e destruição de ecossistemas, abarcando desde o México ao sul do Chile, além do aumento e alagamentos sobre ilhas caribenhas.

Sintetiza Burkett (1999) que as diversas crises e desastres ecológicos são compatíveis à lógica da expansão capitalista, sendo próprio resultado destas pela sua tendência de converter condições sociais e naturais em “meios de exploração e acumulação monetária”, pois, a “alienação sistemática do sistema [...] tende a criar desequilíbrios” (p. 191, tradução nossa) para garantir o processo de produção que necessita dessas condições naturais e sociais. De forma similar, Leff (2013) compreende uma associação direta entre Ecologia Política e Economia Política. A primeira, também como resultado do capitalismo, sujeita, portanto, à luta de classes no processo de sua reprodução pela apropriação do excedente de riqueza social, inclusive, a natureza. Isso significa que a natureza é central para a lógica capitalista, construída em uma relação social, incluindo as relações capitalista sobre formas de colonialismo e imperialismo.

4. América Latina: Imperialismo ecológico

Atualmente, dentro da lógica estruturante da relação com a natureza do capitalismo – a fratura sócio-metabólica –, pode-se considerar a alienação e colonização da natureza para acumulação e reprodução do sistema, através do papel de uma forma atual do imperialismo ecológico. Segundo Machado Araóz (2015), este pode ser definido como um modelo de manter o ordenamento territorial do capital à escala global, ou seja, quais Estados exploram os recursos de outros Estados para sua própria acumulação de

capital. Como destacado, o papel do colonialismo ainda é muito forte, amplia-se a divisão Norte-Sul, mais política e econômica do que geográfica.

Assim, afirma-se que o sistema colonial segue com forte peso ideológico e material sobre a constituição político-econômica do mundo atual, pois os países periféricos seguem sob o mesmo papel de dependentes das potências mais desenvolvidas, algo que se relaciona com o modo de atuação do imperialismo. Esse imperialismo atua como uma forma intrínseca à lógica capitalista, de acordo com Patnaik e Patnaik (2020) é “necessariamente subjacente [...] ao capitalismo em todas as suas épocas” (p. 15). Inclusive, na atual era globalizada – onde atua através do neoliberalismo – ainda que intervenções imperialistas diretas sejam menos recorrentes, “a invisibilidade do imperialismo hoje significa que ele se tornou ainda mais poderoso, não que desapareceu” (PATNAIK; PATNAIK, 2020, p.31).

De forma similar, argumenta o pensador mexicano Jaime Osorio quando afirma que “o capitalismo é a primeira organização econômica e social com vocação mundial” (OSORIO, 2019, p. 161), assim, ele necessita do exercício de uma forma de dominação particular, o imperialismo, que participa do processo de expandir suas características e condições de produção às demais sociedades, garantindo a existência da economia mundial, portanto, de sua exploração a nível global, amparado na divisão desigual entre países e regiões como conceitualizado pela teoria marxista clássica do imperialismo.

Ademais, o entendimento do imperialismo em associação ao ecologismo na América Latina é de que o poder imperialista em uma situação de articulação da opressão e desigualdade racial com o colonialismo e neocolonialismo garante a exploração da mão-de-obra e a extração de riquezas a baixo custo (MAZZEO, 2008). Há, portanto, uma centralidade geoestratégica e econômica para a reprodução do capitalismo e, conseqüentemente, do imperialismo ecológico. Essa concepção é central para entender a dinâmica geopolítica da América Latina, relacionado a seus recursos naturais, na qual as lógicas dos centros imperialistas de acumulação criam uma crise ecológica global, provocada pela própria dinâmica socio-metabólica (ALTVADER, 2011), ou melhor, sua

ruptura, expressando-se em elementos de expropriação e subalternização de povos e territórios.

O conceito de imperialismo ecológico é conhecido pela análise de Crosby de 1986, um dos primeiros estudos que analisa a expansão europeia até 1900, mas, que se restringiu a uma leitura biológica e não leva em conta a relação de dominação da periferia sobre o sistema atual de relações de produção (CLARK; FOSTER, 2006). Complementam então, Clark e Foster, que a conceitualização de imperialismo ecológico é menos visível e estudada do que a de imperialismo cultural, econômico e político, pois o controle de recursos dos países periféricos foi tratado em termos geopolíticos ou de desenvolvimento econômico, mesmo se tratando de um mesmo fenômeno indissociável à reprodução capitalista. Segundo os autores:

A maioria dos estudos do imperialismo, apesar de apreciar a importância que os países imperiais deram ao controle dos recursos do Terceiro Mundo, tenderam a analisar isto, primariamente, em termos de seus efeitos sobre os fluxos de maisvalor econômico, mais do que em termos do dano ecológico produzido pelo roubo dos recursos do Terceiro Mundo e da destruição de sus ambientes (CLARK; FOSTER, 2012, p. 3, tradução nossa).

Por exemplo, Marx citou a possibilidade de um país poder explorar ecologicamente outro, a partir do exemplo da Irlanda que indiretamente exportou seu solo à Inglaterra, minando sua própria fertilidade a longo prazo (MARX, 1976 *apud* FOSTER, 2015). Ainda de acordo com Foster, o imperialismo ecológico pode se apresentar de diversas maneiras e, por ele, ocorre a continuidade da fratura a nível global, gerada a partir da acumulação primitiva e da colonização sobre a América Latina. Por isso, aponta-se aqui o conceito de imperialismo ecológico como elo e contribuição por parte do marxismo ecológico à questão ecológica na América Latina.

O imperialismo ecológico ocorre porque o processo de produção é reorganizado geograficamente para atender à demanda de mercados externos e a necessidade de reprodução do mais-valor, ao mesmo tempo em que acarreta a destruição ecológica,

dependendo de tal associação capitalismo-imperialismo. Machado Araóz (2015) complementa que o imperialismo ecológico não se reduz a alguma etapa do desenvolvimento capitalista, mas trata-se de um elemento intrínseco, funcional ao “sociometabolismo do capital” (p. 193). Tal fenômeno é caracterizado por relações de poder que controlam o acesso e a disponibilidade em relação à natureza e é notado na realidade concreta da crescente emergência de conflitos em torno de bens naturais, como a terra, as florestas, os mares e os rios, em espaços onde o capital busca se alocar como forma predominante.

As maneiras caracterizadas, observadas na prática, em que ocorre o imperialismo ecológico são as transformações de ecossistemas das regiões colonizadas e exploradas com a destruição ambiental em prol da continuidade do fluxo de capital, ou como o despejo de dejetos em regiões periféricas (CLARK; FOSTER, 2006). Consequentemente, de tais ações ocorre o movimento massivo de populações, migrações internas ou externas de um país, pela perda e conflito sobre seus territórios.

Alimonda (2011) complementa sobre as principais consequências da exploração ecológica na América Latina: práticas de monocultivo que destroem ecossistemas únicos; expropriação de terras de povos originários; exploração e extinção de animais silvestres; extração mineira em torno do desenvolvimento de tecnologia dos países centrais – questão que Machado Araóz (2017) denomina de genealogia mineira, sobre uma centralidade geopolítica e colonial –; entre outros. Todos os exemplos geram formas de conflitos que são estudados pela EPL como consequências socioambientais destacados como uma forma de politização pelas sociedades afetadas, pois são muitos os casos de lutas concretas contra o Estado e contra as empresas estrangeiras exploradoras (ALIMONDA, 2016). Além disso, por se tratar de um imperialismo que parte da hegemonia estadunidense, a relação com a América Latina torna-se ainda mais profunda, por conta da ideologia de “América para os americanos”, reproduzindo-se através de intervenções diretas, como pela dependência econômica (LÓPEZ, 2020), assim como no século XX

ocorreram intervenções diretas sobre os Estados, através do apoio a golpes e ditaduras militares (PRASHAD, 2020).

Entretanto, as formas explícitas e diretas do imperialismo ainda podem ser observadas em fenômenos vigentes em relação à intervenção política, como se observa o caso da Bolívia e seu golpe de Estado em 2019, em que um dos interesses principais centrava-se no extrativismo do lítio.¹³ Isso demonstra como o imperialismo é um fenômeno que age de forma integral, não necessariamente de caráter apenas econômico, político e ideológico, mas também ecológico, devido aos interesses e às pautas que o conformam. O caso boliviano pode ser considerado o exemplo mais recente de atuação direta do imperialismo ecológico, agindo diretamente pela destituição de um governo na América Latina.

A exploração sistemática do capital sobre a força de trabalho funciona, então, com a exploração dos recursos naturais em torno da mercantilização, através do extrativismo (MACHADO ARÁOZ, 2015). Por isso, a indissociabilidade do imperialismo que é instrumentalizado pelo capitalismo como forma de se apropriar e de avançar sobre esses novos espaços. Como agrega Clark e Foster (2006), o imperialismo ecológico tem sua contradição como expansiva a nível planetário, mas suas principais consequências são notadas em regiões específicas, causando uma maior desigualdade no sistema internacional. Se trata de uma relação entre o particular e o universal. Argumenta Alimonda:

A lógica do desenvolvimento capitalista e suas consequências aparecem diferenciadas segundo a posição de cada sociedade em uma divisão internacional do trabalho e da produção, ressaltando o carácter destrutivo das forças produtivas capitalistas, atuando no seio das sociedades periféricas (ALIMONDA, 2006, p. 116, tradução nossa).

¹³ Como se trata de um acontecimento recente a biografia ainda é escassa. Para um resumo como artigo de opinião ver Prashad (2019) e Mariette (2020), para um artigo científico ver Ciappina (2020).

A desigualdade de uma divisão geopolítica internacional ocorre sobre uma relação Estado-capitalismo e sobre relações interestatais como o caso dos Estados Unidos que atua a favor da reprodução do capital, dominando outros Estados da periferia global. Por isso, Clark e Foster (2012) sintetizam que o imperialismo ecológico é caracterizado como o controle de recursos naturais ao criar assimetrias pela exploração ambiental e em intercâmbio desigual entre os países. Ademais, o imperialismo ecológico atual é configurado pelas formações históricas desde o colonialismo mercantilista, existindo assim, uma inter-relação histórica e social da sua lógica contemporânea.

Na América Latina, como apontado, as relações sociais, políticas, geográficas, econômicas e ecológicas iniciaram-se pelo imperialismo mercantilista dado o início da acumulação primitiva europeia, construindo uma lógica, que segue atual, da forma de extração máxima e inconsciente dos recursos e que, segundo Marx, leva a uma intensa contradição entre expansão do capital e limites da natureza (FOSTER, 2015). Isso passa por todos os momentos históricos de pós-independência política dos países latino-americanos, através da construção de uma necessidade posterior à industrialização, em seguida com processos de desenvolvimentos e com os neodesenvolvimentistas atuais. Mas, como destaca Machado Araóz (2015), em nenhuma dessas etapas os países perderam seu caráter de economias periféricas, mesmo com crescimentos significativos, pois sua dependência segue como forma estrutural, impedindo mudanças radicais nos países capitalistas.

Tais casos demonstram diferentes mecanismos de mercantilização da natureza e resultam em uma intensificação geopolítica pela sua apropriação e pelo controle de recursos (MACHADO ARÁOZ, 2017). São as formas observadas concretamente de reprodução do imperialismo ecológico que representam a maneira adotada pelo capitalismo de expansão mundial, superando qualquer limite natural ou humano, convertendo ecossistemas para reprodução do mais-valor e da mercantilização da natureza à valores de troca.

A lógica, portanto, do imperialismo ecológico é a acumulação de capital, seu

funcionamento só é possível devido a uma divisão global garantida pelo colonialismo histórico, mas também pela continuidade de seu fundamento ideológico eurocêntrico, configurado pela colonização que garante a continuidade da falha metabólica entre seres humanos e natureza reproduzida a nível mundial.

Considerações finais

O objetivo desse artigo foi expor os pontos-chaves que ajudam a compreender os problemas ecológicos atuais, focando na América Latina, a partir de uma ótica marxista, abordando principalmente as reflexões de Marx, interpretada pelos autores da ecologia marxista e pelas contribuições do pensamento da Ecologia Política Latino-americana. Como afirma Burkett, não se trata de ver o marxismo “como uma alternativa ao ambientalismo, mas, em vez, como um tipo particular” do movimento ecologista, que “considera as relações entre seres humanos-natureza através do ponto de vista das relações de classe e dos requisitos da emancipação humana” (p. 8, tradução nossa).

Diante disso, um dos principais fenômenos apresentados foi o do imperialismo ecológico, como conceito constituído, principalmente pelas categorias trazidas de Marx, como a acumulação primitiva e a falha metabólica da relação sociedade-natureza a nível global. Por isso, defende-se a ideia de que as contribuições de Marx, em uma leitura atenta da ecologia marxista sobre a relação-sociedade natureza – que se expande ao significativo conceito de fratura sócio-metabólica – são essenciais para entender a relação natureza-sociedade atuais na América Latina. Isso tudo, dentro da dinâmica da luta de classes, expressada principalmente por uma forma de imperialismo ecológico.

Desta forma, buscou-se apontar as principais questões marxistas, relação sociedade-natureza e imperialismo ecológico como contradições inerentes ao capitalismo, a serem debatidas dentro do campo de conhecimento da EPL. Assim, compreende-se que os países e regiões periféricas são os mais afetados pela destruição

da natureza, relacionado à dualização da relação natureza e sociedade a partir da inserção violenta do colonialismo e sua lógica ainda presente, inserido no imperialismo ecológico.

Argumenta-se que marxismo pode ser um instrumento locutor deste campo de conhecimento regional com relação ao universal, principalmente ao se tratar de ecologia, questão que se apresenta sobre uma forma de crise ecológica mundial (MACHADO ARÁOZ, 2017). Entender a questão ecológica em Marx ajuda à problemática, pois além de entender sua própria teoria, como a natureza imanente a ela e como componente de todo seu sistema teórico, também compreende como uma útil ferramenta para análise da crise ecológica global e o metabolismo universal da natureza (SAITO, 2021). A afirmação de Foster (2015) de que a “abordagem da relação humana-social com a natureza, profundamente entrelaçada com a crítica, por Marx, da sociedade capitalista de classes, proporciona ao materialismo histórico uma perspectiva única sobre a crise ecológica contemporânea e o desafio da transição” (p. 84), parecendo adequada como resumo da perspectiva do artigo.

Sendo assim, o fenômeno do imperialismo ecológico como expropriador da natureza, da destruição de remanescentes concepções de vida não baseados na lógica do capital e da relação com a precarização de setores a serem transformados em força de trabalho superexploradas, necessita de uma crítica urgente e necessária. Desde diferentes ferramentas teóricas possíveis, como o marxismo e a EPL, produzindo uma síntese que conduza a formulações de políticas concretas, começando pelo modo de produção capitalista como estruturador da destruição ambiental buscando, portanto, práticas que possam estar fora dele, de resistências e lutas que possam superá-lo. Além disso, partir de uma concepção teórica do materialismo histórica produz efeitos políticos diretos, pois um ecologismo que não entenda o papel do imperialismo e da luta de classes acaba se limitando à certa lógica do pensamento capitalista neoliberal, o que faz com que a luta anti-imperialista na América Latina também seja central para o desenvolvimento da luta ecológica.

Referências

- ALIMONDA, Héctor. Una nueva herencia en Comala. Apuntes sobre la ecología política latinoamericana y la tradición marxista. In: ALIMONDA, Hector (org.). **Los tormentos de la materia: Aportes para una ecología política latinoamericana**. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 93-122.
- ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, Hector. (org.). **La Naturaleza colonizada: ecología política y minería en américa latina**. Buenos Aires: Clacso, 2011. p. 21-58.
- ALIMONDA, Héctor. Notas sobre la ecología política latinoamericana: arraigo, herencias, diálogos. **Ecología Política**, v.51, nº 51, pp. 36-42, 2016.
- ALTVADER, Emir. **Los límites del capitalismo: Acumulación, crecimiento y huella ecológica**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2011.
- BENSAÏD, Daniel. Os Despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres: In: MARX, Karl. **Os despossuídos: debate sobre a lei referente ao uso da madeira**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 11-74.
- BURKETT, Paul. **Marx and Nature**. A Red and a Green perspective. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1999.
- CIAPPINA, Carlos. Bolivia: el golpe de Estado y la encrucijada nacional-popular en el corazón de América del Sur. **Revcom**, v.5, nº 10, pp. 1-7, 2020
- CLARK, Brett; FOSTER, John Bellamy. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (orgs.). **Socialist Register 2004: o novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 225-244.
- CLARK, Brett; FOSTER, John Bellamy. Imperialismo ecológico y la fractura metabólica global. Intercambio desigual y el comercio de guano/nitratos. **Theoria**, v. 26, pp.1-24, 2012.
- FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx – Materialismo e natureza**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FOSTER, John Bellamy. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma grande transição. **Lutas sociais**, v. 19, nº 35, pp. 80-97, 2015.

- LEFF, Enrique. Ecología política: una perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 35, pp. 11-20, 2015.
- LEFF, Enrique. La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. In: Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização, 2005, **Anais [...]**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CLACSO, 2005. p. 1-17.
- LENIN, Vladimir Ilyich. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021. [1917].
- LÓPEZ, Emiliano. Introdução: Uma caixa de ferramentas para fechar as nossas veias. In: LÓPEZ, Emiliano. (org.). **As veias do sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 7-12.
- LÖWY, Michael. **Ecosocialismo**. La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista. Buenos Aires: El Colectivo; Herramienta, 2011.
- MARIETTE, Maëlle. Na Bolívia, o leilão da cadeia do lítio. **Le Monde Diplomatique**. Brasil, jan. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/na-bolivia-o-leilao-da-cadeia-do-litio/>>. Acesso em 09/05/2021.
- MACHADO ARÁOZ, Horacio. Post(?)neoliberalismo, extractivismo y el colonialismo del siglo XXI: la encrucijada nustramericana desde una perspectiva ecosocialista. In: JIMÉNEZ, Carolina; TAUSS, Aaron (orgs.). **¿Pensar el fin del capitalismo?: escenarios y estrategias de transformación socio-ecológicas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2015. p. 173-215.
- MACHADO ARÁOZ, Horacio. “América Latina” y la Ecología Política del Sur: luchas de re-existencia, revolución epistémica y migración civilizatoria. In: ALIMONDA, Héctor; PÉREZ, Catalina; MARTÍN, Facundo (orgs.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Buenos Aires: Clacso, 2017. p. 193-224.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir I. **Manifesto Comunista; Teses de Abril**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 21-51. [1848].

- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2009. [1932]
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011a. [1867]
- MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011b. [1941]
- MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012. [1891]
- MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto da madeira. São Paulo: Boitempo, 2016. [1842]
- MAZZEO, Miguel. **Invitación al descubrimiento**: José Carlos Mariátegui y el socialismo de Nuestra América. Buenos Aires: El Colectivo, 2008.
- MORENO, Camila. As roupas verdes do rei. Economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 256-295.
- OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PATNAIK, Utsa; PATNAIK, Prabhat. Imperialismo na era da globalização. In: LÓPEZ, Emiliano (org.). **As veias do sul continuam abertas**. Debates sobre o imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 13-32.
- PRASHAD, Vijay. As multinacionais, o valioso lítio da Bolívia e a urgência de um golpe. **Brasil de Fato**. São Paulo, nov. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/13/artigo-or-o-litio-da-bolivia-e-a-urgencia-de-um-golpe>>. Acesso em 09/05/2021.
- PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington**: Uma história da CIA, golpes e assassinatos. São Paulo: Expressão Popular. 2020.
- SABBATELLA, Ignacio; TAGLIAVINI, Damiano. La expansión capitalista sobre la Tierra en todas las direcciones: aportes del marxismo ecológico. **Theomai**, v. 26, pp. 1-20, 2012.
- SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**: Capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.

SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza en Marx**. 2. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1977.

ZEITLIN, Irving. **Ideología y teoría sociológica**. Buenos Aires: Amorrortu, 1982.

Aline Recalcatti de Andrade é graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). **E-mail:** alinerecalcatt@gmail.com

Artigo enviado em 17/09/2021 e aprovado em 05/04/2022.